





DIRETORIA LEGISLATIVA SERVIÇO DE ATAS LEGISLATURA 2021 A 2024

APROVADA PELO PLENÁRIO EM 24/5/2022

Reunião Ordinária do dia 23 de maio de 2022

Presidente: vereador David Valente Reis

Secretária-Geral: vereadora Carmem Glória Almeida Carratte

No dia vinte e três de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e quinze minutos, realizou-se a sessão ordinária da Câmara Municipal de Manaus, no plenário Adriano Jorge, em sua sede própria, na rua Padre Agostinho Caballero Martin, n. 850, São Raimundo, nesta Capital, Estado do Amazonas, presidida pelo vereador Wallace Fernandes de Oliveira, do Partido Republicano da Ordem Social (PROS); e, eventualmente, pelo vereador Caio André Pinheiro de Oliveira, do Partido Social Cristão (PSC); secretariada pelos vereadores Carmem Glória Almeida Carratte, do Partido Liberal (PL); e João Carlos dos Santos Mello, do Republicanos (REP). PRESENTES, ainda, os vereadores Allan Campelo da Silva e Daniel Amaral Vasconcelos, do Partido Social Cristão (PSC); Amom Mandel Lins Filho e William Robert Lauschner, do Cidadania; Antônio Almeida Peixoto Filho e Elan Martins de Alencar, do Partido Republicano da Ordem Social (PROS); Samuel da Costa Monteiro, do Partido Liberal (PL); Cícero Custódio da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT); Diego Roberto Afonso, Éverton Assis dos Santos, Gilmar de Oliveira Nascimento e Maria Jacqueline Coelho Pinheiro, do União Brasil (União); Dione Carvalho dos Santos, Ivo Santos da Silva Neto e Joelson Sales Silva, do Patriota; Eduardo Assunção Alfaia, João Kennedy de Lima Marques e Rosinaldo Ferreira da Silva, do Partido da Mobilização Nacional (PMN); Elissandro Amorim Bessa, do Solidariedade (SD); François Vieira da Silva Matos, do Partido Verde (PV); Francisco Carpegiane Veras de Andrade, Márcio José Maia Tavares e Rodrigo Guedes Oliveira de Araújo, do Republicanos (REP); Jaildo de Oliveira Silva, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Jander de Melo Lobato, do Partido Socialista Brasileiro (PSB); Luís Augusto Mitoso Júnior, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); David Valente Reis, Marcelo Augusto da Eira Correa, Lissandro Breval Santiago, Manoel Eduardo dos Santos Assis. Wanderley Caldeira Monteiro e Marcel Alexandre da Silva, do Avante; Raiff Matos Silva Vasconcelos, do Democracia Cristã (DC); Robson da Silva Teixeira e Rosivaldo Oliveira Cordovil, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Thaysa Lippy Silva de Souza, do Progressistas (PP); e Yomara Jesuína Lins Rodrigues, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, o Presidente, vereador Wallace Oliveira declarou aberta a reunião, e convidou os presentes para acompanhar a execução do Hino Nacional Brasileiro. Na sequência, a secretária, vereadora Glória Carratte, leu a Ata da sessão ordinária do dia dezoito de maio do ano em curso. O Presidente registrou a presença, no Plenário, do secretário municipal de Articulação Política, Wagno Oliveira, dando boas-vindas ao







mesmo. Pela Ordem, o vereador Capitão Carpê registrou a presença, no Plenário, do lutador amazonense Bibiano Fernandes, que se encontrava em Manaus, para a realização do primeiro BF Mr. Cage, evento que tinha por objetivo dar visibilidade aos atletas profissionais do Brasil; fez, ainda, uma breve leitura da biografia do lutador, parabenizando-o pelo profissionalismo; desejando, ainda, boas-vindas ao mesmo, bem como, colocando a Casa à disposição deste. O **Presidente** agradeceu ao Bibiano pela presença, fazendo coro à fala do seu antecessor e de toda a Plenária, tecendo votos de parabenização ao lutador, e ressaltando que este era um exemplo vivo de positividade aos atletas que buscavam trilhar o caminho do sucesso. Ao final, desejou todas as bênçãos de Deus ao atleta, requerendo, ainda, verbalmente, uma moção de aplausos, tendo sido a mesma aprovada por todos. Em seguida, registrou a presença, nas dependências da Câmara Municipal de Manaus, do escritor Luiz Lauschner, pai do vereador William Alemão, que se encontrava no salão nobre, fazendo uma sessão de autógrafos, com o lançamento do livro "Morrer não é preciso", convidando a todos a prestigiarem o evento. Pela Ordem, o vereador Peixoto fez coro à fala do seu antecessor e enalteceu o evento que estava sendo realizado na Casa, parabenizando, ainda, o vereador William Alemão, por ter trazido o seu pai à instituição, para o lançamento do seu livro. Pela Ordem, o vereador Marcelo Serafim solicitou a inversão de Pauta. Após, o **Presidente** submeteu à apreciação do Plenário, a inversão de Pauta, que foi aprovada pelos vereadores presentes. Pela Ordem, o vereador Amom Mandel pediu preferência ao Requerimento n. 4.009/2022. Em seguida, o Presidente passou os trabalhos para a ORDEM DO DIA. Na PAUTA, foi lida, para conhecimento dos vereadores, a Mensagem n. 025/2022, que deliberava pela aposição de Veto Parcial ao Projeto de Lei n. 198/2021, de autoria do vereador Kennedy Marques, que "Institui o Banco de Dados Municipal de Animais Esterilizados no município de Manaus, e dá outras providências". O supracitado veto tomou o n. 021/2022 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Foi lida, para conhecimento dos vereadores, a Mensagem n. 026/2022, que deliberava pela aposição de Veto Total ao Projeto de Lei n. 221/2021, de autoria do vereador Marcel Alexandre, que "Dispõe sobre o agendamento telefônico, por aplicativo ou pelo site da Prefeitura Municipal de consultas médicas para pacientes, previamente cadastrado nas Unidades Básicas de Saúde, centro de saúde ou posto do Programa de Saúde da Família do Município de Manaus". O supracitado veto tomou o n. 022/2022 e seguiu à Comissão de Constituição, Justica e Redação. Foi lida para conhecimento dos vereadores, a Mensagem n. 030/2022, que deliberava pela aposição de Veto Parcial ao Projeto de Lei n. 331/2021, de autoria do vereador Peixoto, que "Dispõe sobre a proibição de incentivos fiscais a empresas que tenham sido condenadas por corrupção, e dá outras providências". O supracitado veto tomou o n. 023/2022 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Foi deliberado, tomou o n. 053/2022 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Capitão Carpê Andrade, que "Autoriza a implementação de sistema de impressão local de senha para registro do tempo de espera para atendimento nas Unidades de Saúde do município de Manaus". Foi deliberado, tomou o n. 069/2022 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça







e Redação, o Projeto de Lei, de autoria da vereadora Prof.^a Jacqueline, que "Considera de Utilidade Pública o Instituto Filhos e Amigos da Amazônia sem Fronteiras". Foi deliberado, tomou o n. 082/2022 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador William Alemão, que "Dispõe sobre a instituição e a inserção, no Calendário Oficial da Cidade de Manaus, da Semana Municipal da Gastronomia Regional, a ser realizada na primeira semana do mês de setembro". Foi deliberado, tomou o n. 087/2022 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Rodrigo Guedes, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de postos revendedores de combustíveis manterem expostas as notas fiscais de compra dos combustíveis adquiridos nas distribuidoras, e dá outras providências". Discutiram o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação à Emenda Modificativa 001 ao Projeto de Lei n. 042/2021, os vereadores William Alemão, Prof. Samuel e Bessa. O vereador William Alemão solicitou subscrição à matéria; tendo sido acatada pelo autor. A seguir, foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação à Emenda Modificativa 001 ao Projeto de Lei n. 042/2021, de autoria do vereador Prof. Samuel, que "Dispõe sobre a inclusão no programa de publicidade do poder Executivo, a divulgação dos eventos culturais, artísticos, esportivos, festivais, datas comemorativas e semanas alusivas, que estejam no calendário oficial de eventos do município de Manaus". O supracitado projeto **seguiu** à Comissão de Finanças, Economia e Orçamento – CFEO. **Discutiram** o Parecer Contrário da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento ao Projeto de Lei n. 077/2021, os vereadores Peixoto e Raiff Matos, tendo estes, também, solicitado que fosse feita a leitura do Parecer Contrário da CFEO à matéria. Após a leitura, discutiram, ainda, o Parecer Contrário da CFEO ao Projeto de Lei n. 077/2021, os vereadores Amom Mandel, Sassá da Construção Civil e Fransuá. Discutiu, novamente, a matéria, o vereador Peixoto. A seguir, foi rejeitado o Parecer Contrário da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento ao Projeto de Lei n. 077/2021, de autoria do vereador Fransuá, que "Estabelece normas para a colocação de placa em obra pública municipal paralisada, contendo exposição dos motivos da interrupção, e dá outras providências". O supracitado projeto seguiu à Comissão de Serviços e Obras Públicas. Foi aprovado o Parecer Contrário da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento ao Projeto de Lei n. 303/2021, de autoria do vereador Allan Campêlo, que "Dispõe Sobre a Obrigatoriedade de Mecanismos de Prevenção às Drogas de Forma Contínua nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental, e dá outras providências". O supracitado projeto seguiu à Comissão de Educação. Discutiram o Parecer Contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao **Projeto de Lei** n. **310/2021**, os vereadores **Amom** Mandel, Caio André, Prof. Samuel, Dione Carvalho e Marcel Alexandre. A seguir, foi rejeitado o Parecer Contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 310/2021, de autoria do vereador Amom Mandel, que "Institui, no âmbito do município de Manaus, a rede de atenção, informação e apoio às pessoas com doenças autoimunes". O supracitado projeto **seguiu** à Comissão de Finanças, Economia e Orçamento. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de







Finanças, Economia e Orçamento ao Projeto de Lei n. 318/2021, de autoria da vereadora **Thaysa Lippy**, que "**Altera** o artigo 1.º da Lei n. 2195, de 29 de dezembro de 2016, para inserir 'orientação para prevenção ao abuso sexual infantil' como tema transversal, a ser ministrado nas escolas da rede pública municipal do município de Manaus". O supracitado projeto **seguiu** à Comissão de Educação. Foi **aprovado** o Parecer Favorável da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento ao Projeto de Lei n. 320/2021, de autoria do vereador Kennedy Marques, que "Institui a Semana" da Proteção e Bem-Estar Animal no Município de Manaus". O supracitado projeto seguiu à Comissão de Meio Ambiente, Recursos Naturais, Sustentabilidade e Vigilância Permanente da Amazônia. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 342/2021, de autoria da vereadora Yomara Lins, que "Institui a Campanha 'Amor ao coração da mulher", e dá outras providências". O supracitado projeto seguiu à Comissão de Finanças, Economia e Orçamento. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 393/2021, de autoria da vereadora Glória Carratte, que "Institui a Semana Municipal de Conscientização e Prevenção ao Transtorno de Ansiedade Generalizada provocados no ambiente escolar, no município de Manaus". O supracitado projeto seguiu à Comissão de Finanças, Economia e Orçamento. Foi retirado de pauta, em razão da ausência do autor, o Projeto de Lei n. 582/2021, de autoria do vereador Diego Afonso, que "Dispõe sobre a demarcação da Área de Proteção Ambiental das Zonas Sul e Leste de Manaus, e dá outras providências". Discutiu o Parecer Favorável da Comissão de Saúde ao Projeto de Lei n. 177/2021, o vereador Márcio Tavares. Os vereadores João Carlos, Wallace Oliveira, Peixoto, Wanderlei Monteiro e Yomara Lins solicitaram subscrições à matéria; tendo sido acatadas pelo autor. A seguir, foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Saúde ao Projeto de Lei n. 177/2021, de autoria do vereador Márcio Tavares, que "Dispõe sobre ações para implantar o tratamento contra a depressão infantil e na adolescência nas Unidades Básicas de Saúde - UBSs do município de Manaus". O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 411/2021, de autoria do vereador Raulzinho, que "Institui o Dia Municipal do Sucateiro, a ser comemorado anualmente no dia 17 de maio, e dá outras providências". O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foi aprovado, em segunda discussão, e seguiu à sanção do Prefeito, o Projeto de Lei n. 438/2021, de autoria do vereador **Mitoso**, que "**Institui** nas escolas de rede municipal de ensino de Manaus a campanha 'Todos Contra o Bullying'". Foram lidas, para conhecimento dos vereadores, as proposituras que receberam Parecer Contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a saber: Projeto de Lei n. 468/2021, de autoria do vereador Diego Afonso, que "Dispõe sobre a prestação de assistência técnica pública e gratuita para construção de habitação às famílias de baixa renda": Projeto de Lei n. 490/2021, de autoria do vereador Daniel Vasconcelos, que "Inclui o álcool em gel 70º INPN na lista de produtos da cesta básica, distribuídas pela Prefeitura







Municipal de Manaus às famílias com vulnerabilidade social, e dá outras providências"; e **Projeto de Lei** n. **619/2021**, de autoria do vereador **Caio André**, que "Dispõe sobre a redução da alíquota do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), como também do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), mediante adoção de medidas sustentáveis que tenham culminância em preservar, no âmbito do município de Manaus, e dá outras providências". O Presidente informou que os supracitados projetos seriam **arquivados**, por força do parágrafo 1.º, do artigo 38, do Regimento Interno, abrindo o prazo de cinco dias úteis para recurso. Foi aprovado, ainda, em segunda discussão, e seguiu à sanção do Prefeito, o Projeto de Lei n. 576/2021, de autoria do vereador Jaildo Oliveira, que "Institui o dia 1.º de dezembro como o Dia Municipal do Veículo de Comunicação Digital – portais de notícias e blogs". Após, foram deferidas as Indicações n. 255 a 267/2022; e aprovadas as Moções n. 128 a 135/2022. Discutiram o Requerimento n. 5.244/2022, os vereadores Caio André e Mitoso, tendo o primeiro, solicitado subscrição à matéria. A seguir, foi aprovado o Requerimento n. 5.244/2022, de autoria do vereador Mitoso. Foi aprovado, ainda, o Requerimento n. 4.991/2022, de autoria do vereador Capitão Carpê. Pela Ordem, o vereador William Alemão informou que havia presenteado os seus pares com um livro, que se encontrava nas bancadas. Exaurida a Pauta, o Presidente passou os trabalhos para o PEQUENO EXPEDIENTE. Pela Ordem, o vereador Marcelo Serafim convocou os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para uma reunião, após a sessão plenária. O **Presidente** reforçou o convite. Pela Ordem, o vereador Mitoso registrou que foram arrecadados pelo Manaus Futebol Clube, no dia anterior, na Arena da Amazônia, cinco toneladas de alimentos, para serem repassados ao Fundo Solidário da Prefeitura de Manaus, para atender aos ribeirinhos, agradecendo ao público que esteve presente no evento. O primeiro orador, vereador Dione Carvalho, registrou que seria instituída, no dia em curso, uma comissão especial para averiguação de seguestros, desaparecimentos e tráfico de órgãos de crianças, na cidade de Manaus, convidando os seus pares a participarem da citada comissão, para o bom andamento dos trabalhos. O orador lembrou que suas declarações sobre o assunto, que a princípio foram contestadas, haviam sido comprovadas, e o índice de desaparecimento de crianças só havia aumentado. O vereador Caio André assumiu a presidência dos trabalhos, e, esclareceu que as ofensas sofridas pelo vereador Dione Carvalho não partiram de nenhum membro do parlamento municipal. O segundo orador, vereador Capitão Carpê, pronunciou-se a respeito da segurança pública, destacando que a população vinha questionando a efetividade dos serviços prestados de segurança pública, face ao aumento da violência no município, no Estado do Amazonas, em todo o país e no mundo. O orador destacou que o governador Wilson Lima vinha tentando amenizar os impactos com diversas ações, entre elas, a realização do concurso público para aumentar o efetivo das forças de segurança, tentando reajustar um lapso temporal de mais de dez anos sem investimentos, manifestando a sua preocupação em relação ao número de classificados nos concursos, pois nem todos os convocados chegavam à etapa final, e o número total de vagas não era preenchido; e por esse motivo, disse que fez as Indicações n. 257 e 259/2022 ao Governo do Estado, para que o número







de provas corrigidas nos concursos da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros fosse de seis vezes a quantidade de candidatos e não somente três, como estava previsto nos editais. Finalizando, declarou que a medida faria com que mais pessoas fizessem o Teste de Aptidão Física - TAF, tendo em vista que, historicamente, era uma etapa que filtrava até quarenta por cento no número de candidatos, e desejou boa sorte a todos que estavam nos certames. O vereador Wallace Oliveira reassumiu a presidências dos trabalhos. O terceiro orador, vereador William Alemão, agradeceu ao Presidente da Casa, vereador David Reis, por ter liberado a sala de cinema, para o pré-lançamento de um livro. O orador cobrou resposta do Instituto Municipal de Mobilidade Urbana – Immu sobre a redução da frota do transporte coletivo na região do Tarumã-Açu, Cidade das Luzes e Anaconda, que estava prejudicando e dificultando a mobilidade das pessoas, principalmente as que saíam de suas residências para trabalhar e estudar, ou levar seus filhos às escolas. Por fim, disse que o seu gabinete enviou requerimentos e indicações ao citado instituto, para o retorno das operações de linhas de ônibus que atendiam o Tarumã-Açu e adjacências. O quarto orador, vereador Sassá da Construção Civil, divulgou imagens sobre o desserviço prestado pela empresa Águas de Manaus, que estava quebrando o asfalto de qualidade, feito pela Prefeitura de Manaus, e colocando barro para tapar os buracos. O orador disse que tinha visitado vários bairros da capital, e constatado in loco a situação relatada, e contestou as declarações de vereadores de que a instalação da CPI era "politicagem". Encerrando, falou sobre a instalação de medidores inteligentes na cidade, pela Amazonas Energia, apelando à população que impedisse a ação, uma vez que a concessionária responsável pelo serviço de distribuição de energia elétrica na capital não possuía autorização legal para fazer a troca dos medidores ou suspender o serviço nas residências, sem aviso prévio de no mínimo dois dias. O quinto orador, vereador Caio André, aproveitando a visita do campeão Bibiano Fernandes à Casa, na manhã em curso, disse que fez moção de congratulações e aplausos aos atletas da academia Melqui Galvão de Jiu-jitsu School, pelos resultados obtidos no campeonato brasileiro nas categorias infantil e adulto, ocorrido em Barueri, no Estado de São Paulo, na semana retrasada; divulgou imagens da competição, e elencou, nominalmente, os atletas que conquistaram medalhas, parabenizando a todos os competidores, professores e a academia pelo belíssimo resultado. Prosseguindo, falou sobre a Indicação n. 256/2022, de sua autoria, solicitando à Secretaria Municipal de Infraestrutura - Seminf que levasse, o mais breve possível, o programa "Asfalta Manaus" ao conjunto Carlos Braga, que estava com suas vias intransitáveis, pois há muitos anos não recebiam asfalto. O vereador Caio André reassumiu a presidência dos trabalhos. O sexto orador, vereador Wallace Oliveira, manifestou preocupação a respeito do crescimento dos índices de acidentes de trânsito, especialmente os que envolviam condutores alcoolizados. O orador comentou sobre a situação dos postos de combustíveis, onde ocorria grande movimentação de venda e consumo de bebidas alcoólicas, repercutindo a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, do último dia dezenove de maio, que confirmou a punição administrativa prevista no Código de Trânsito Brasileiro - CTB ao motorista que se recusasse fazer o teste do bafômetro, enfatizando que as sanções precisavam







ser aplicadas, na íntegra, pois muitas famílias estavam enlutadas devido à irresponsabilidade de muitos que escolhiam dirigir alcoolizados. Concluindo o seu discurso, solicitou aos órgãos de fiscalização de todas as esferas públicas, que agissem com rigor na aplicação das leis, e propôs uma reflexão aos seus pares sobre o aumento dos acidentes. A **sétima oradora**, vereadora **Prof.**^a **Jacqueline**, falou sobre a conquista das mulheres com a publicação da Lei Municipal n. 2.889/2022, oriunda do Projeto de Lei n. 060/2021, de sua autoria, que estabelecia cota para mulheres em situação de violência doméstica e para famílias chefiadas por mulheres na aquisição de imóveis construídos pelos programas habitacionais de interesse social, financiados pela Prefeitura de Manaus. A oradora afirmou que a lei assegurava às mulheres e seus filhos uma habitação digna, indo ao encontro do anseio daquelas que ficavam subordinadas aos seus agressores. Encerrando a sua fala, destacou a importância da representatividade feminina nos parlamentos, para a criação de mais políticas públicas para o universo feminino, pedindo que cada vez mais os seus pares dessem publicidade à conquista em questão, referendando o acesso das mulheres a uma habitação digna, e desejando que se tornasse uma prática não só no Amazonas, mas em todos os estados do país, que era o quinto com a maior quantidade de feminicídios no ranking mundial. O oitavo orador, vereador Prof. Samuel, falou sobre a importância da Lei n. 2.173, que instituiu no calendário municipal a Semana de Valorização da Vida Humana, em sua sétima edição. O orador destaçou dados que evidenciavam a alarmante falta de valor à vida, e lembrou que a citada lei indicava, na quarta semana do mês de maio, a promoção de ações voltadas para a relevância da luta contra homicídios, feminicídios, exploração sexual infantil, e suicídios nas escolas e instituições públicas e privadas. Concluindo, fez uma referência ao autor Antoine de Saint, em relação ao valor da vida humana. O nono orador, vereador Márcio Tavares, discorreu sobre o trabalho que a Comissão de Defesa do Consumidor da Casa - da qual era presidente - vinha realizando na cidade de Manaus, quanto à orientação aos consumidores e fiscalização de estabelecimentos. O orador divulgou imagens e comentou a fiscalização realizada, na última sexta-feira, juntamente com o Procon Amazonas, a uma rede de supermercados situada na avenida Cosme Ferreira, na zona Leste, por meio da qual foram retirados das prateleiras alimentos impróprios e produtos de limpeza, com as datas de validade vencidas e embalagens violadas, deixando claro que a função precípua da comissão era orientar os donos de estabelecimentos, e lamentando que muitos só tomavam as devidas providências quando eram multados. Finalizando, pediu às empresas responsáveis pelas embalagens dos produtos que atentassem para evidenciar a data de validade, e assegurou que a comissão estava ombreada com o consumidor manauara, em defesa dos direitos de todos. O décimo orador, vereador Raiff Matos, manifestou sua alegria pela aprovação dos deputados federais do projeto de lei que regulamentava a educação familiar, conhecida como homeschooling, e que, seria votada pelos senadores, antes de ser sancionada pelo Presidente Jair Bolsonaro, considerando uma vitória para as famílias que precisavam de segurança jurídica para decidir o tipo de educação que queriam para os seus filhos, conforme o artigo 205 da Constituição Federal. Ao final, o orador lamentou que a lei de sua autoria com o mesmo teor não







tivesse sido aprovada na Casa, e reforçou a sua opinião a favor da educação domiciliar. O décimo primeiro orador, vereador Marcel Alexandre, manifestou sua preocupação com a vida dos manauara, em decorrência da enchente do ano em curso, que já havia ultrapassado os vinte nove metros e dez centímetros; e solicitou que o Governo do Estado e a Prefeitura de Manaus criassem um mecanismo legal para aumentar o efetivo da Defesa Civil, para atender a nova realidade das cheias na capital. Finalizando, disse que o prefeito David Almeida já estava trabalhando para enfrentar o problema, mas a Casa poderia propor medidas sistematizadas, para reduzir os prejuízos sociais e econômicos da população, aumentando os mecanismos de prevenção. O décimo segundo orador, vereador Rodrigo Guedes, reforçou a cobranca do vereador Sassá da Construção Civil, para que conseguissem a última assinatura visando à instalação da CPI da Águas de Manaus - que já contava com treze - questionando a quem interessava não investigar a citada empresa, e por que o parlamento não cumpria a sua função precípua de investigar, de fiscalizar com o instrumento em questão, em defesa da população da cidade de Manaus, apelando aos seus pares para que investigassem a empresa. O orador pontuou que a CPI proporcionaria vários instrumentos de investigação, como a realização de diligências, para verificar in loco a destruição das vias, pela empresa, e citou, nominalmente, os vereadores que haviam assinado. Prosseguindo, disse que na ausência da atuação de deputados estaduais, estava pedindo, em nome da comunidade, para que o governo reforçasse o policiamento nos bairros São Raimundo, Glória e Santo Antônio que vinham sendo tomados pelo tráfico de drogas. Concluindo, solicitou à Secretaria Municipal de Infraestrutura – Seminf e à Secretaria Municipal de Limpeza Urbana – Semulsp, para que realizassem serviços na rua Riacho Fundo, localizada na comunidade União da Vitória, no bairro Tarumã. O décimo terceiro orador, vereador Bessa, prestou contas sobre os ofícios que havia encaminhado na gestão anterior dos anos de dois mil e dezessete a dois mil e vinte, solicitando serviços de infraestrutura para o bairro Nova Cidade, frisando que quase nenhum foi atendido. O orador fez a leitura de um pedido de um morador ao prefeito de Manaus à época, solicitando serviços de tapa-buracos para as ruas intransitáveis do citado bairro, em dois mil e dezessete; e destacou o trabalho que estava sendo realizado pela Prefeitura de Manaus, ressaltando que não era possível contemplar todas as ruas de Manaus ao mesmo tempo. Prosseguindo, disse que esteve visitando algumas frentes de trabalho do "Asfalta Manaus", mas não se vangloriava diante da população pelos serviços realizados; e rechaçou as fake news e matérias que visavam angariar apoio político, pontuando que foi o único parlamentar que denunciou um secretário municipal ao Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM. Encerrando, solidarizou-se com o vereador Sassá da Construção Civil, em relação ao discurso sobre os desmandos da Águas de Manaus para com a população manauara, e declarou que tinha denunciado a empresa ao MPAM; informando, ainda, que havia contratado um laboratório para analisar a qualidade da água em toda a cidade de Manaus. **Nada** *mais havendo a tratar*, o Presidente encerrou a sessão às doze horas. E, para que conste, eu, (Ana Maria Rocha Veiga), lavrei a







presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Manaus.

David Valente Reis Presidente

Wallace Fernandes Oliveira Primeiro Vice-Presidente Carmem Glória Almeida Carratte Secretária-Geral

Diego Roberto Afonso Segundo Vice-Presidente Elissandro Amorim Bessa Primeiro Secretário

Caio André Pinheiro de Oliveira Terceiro Vice-Presidente Eduardo Assunção Alfaia Segundo Secretário

Jaildo de Oliveira Silva Corregedor Geral João Carlos dos Santos Melo Terceiro Secretário

Amom Mandel Lins Filho Ouvidor-Geral Ana Maria Rocha Veiga Chefe do Serviço de Atas